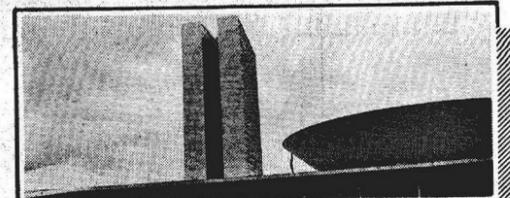


Com a perda da maioria na Câmara, os parlamentares da situação têm maior cacife para discutir e até participar das decisões do governo. Já surgiu inclusive bloco mineiro, e um deputado adverte que as decisões dos tecnocratas não serão aceitas passivamente

128



## OS DESAFIOS DO NOVO CONGRESSO

# PDS, com poder de pressão maior



Bonifácio de Andrada



Marchezan, com a missão de manter coeso o PDS

### REJANE FORMIGA

Da Editoria Política

PDS: partido do ou no governo? Até três meses atrás, ou seja, antes das eleições de novembro, seria possível apontar com convicção para a primeira alternativa. Com os resultados das urnas, contudo, o governo perdeu a sua maioria parlamentar na Câmara e cada um de seus 235 deputados federais tornou-se um político a ser satisfeito. Entre eles, já surgem grupos expressivos (como o recém-criado bloco mineiro) a reivindicar posições junto ao Executivo em contrapartida ao seu apoio político.

Consciente do novo poder de pressão que adquiriu depois do pleito, a bancada pedessista começou a apresentar sinais claros de uma mudança de atitude em relação ao Governo. "Já não podemos aceitar passivamente as decisões dos tecnocratas. Precisamos não só ser comunicados, mas inclusive participar e influir na elaboração das políticas governamentais", argumenta o deputado Armando Pinheiro, presidente do diretório do PDS paulista.

Coube ao goiano Siqueira Campos deflagrar a verdadeira campanha desenvolvida nos últimos dias pela bancada pedessista na Câmara em busca de uma maior participação na esfera governamental. Numa reunião do Diretório Nacional do partido, cuja principal decisão deveria ser uma delegação de poderes ao Presidente Figueiredo para conduzir a sua própria sucessão, o Deputado ocupou a tribuna para tecer críticas contundentes à atuação da tecnocracia, visando sobretudo o presidente do Inamps, Aluisio Sales. O parlamentar precisou interromper várias vezes o seu discurso para ouvir apartes de apoio.

Mas o passo mais concreto no sentido de reivindicar posições junto ao governo partiu da bancada pedessista de Minas Gerais. Sob o comando dos deputados Bonifácio de Andrada, Paulino Cicero e Humberto Souto, os mineiros lançaram-se a uma peregrinação pelos principais gabinetes de Brasília, obtendo sua primeira vitória na área do próprio Inamps: a promessa do ministro da Previdência, Hélio Beltrão, de que o ocupante da delegação estadual do órgão só será indicado depois de ouvida a bancada.

Os planos dos mineiros não param aí: para os próximos meses, eles têm a agenda repleta de audiências nos mais diversos escalões da administração pública federal. Além da recíproca que implicitamente exigem em troca de seu apoio parlamentar ao Governo, vêm utilizando um argumento decisivo na tentativa de influir no preenchimento dos cargos federais: o partido que tiver perdido o governo do Estado dificilmente terá condições de ressuscitar eleitoralmente e nem dos postos federais puder utilizar-se politicamente.

O movimento pedessista, ao que tudo indica, não ficará restrito ao bloco mineiro, ou ao que o ministro da Justiça prefere qualificar como "a institucionalização da bancada de Minas". Outros segmentos do partido, incluindo deputados de vários Estados, também dispõem-se a exigir maior participação nas deci-

sões do Executivo.

E isto não apenas na esfera administrativa, tanto que a própria delegação de poderes ao Presidente Figueiredo para conduzir a sua sucessão, apesar de aprovada por unanimidade no Diretório Nacional, vem sendo constantemente questionada no seio do partido. "Não podemos delegar ao governo atribuições que são nossas, embora reconhecendo a inestimável contribuição que o Presidente Figueiredo sempre deu ao nosso partido", ressalta o paulista Armando Pinheiro, para quem a sucessão presidencial deve ser decidida livremente pela convenção pedessista que se reunirá em setembro do próximo ano.

Pressionada não só pela bancada da Câmara, mas sobretudo pela diretoria estabelecida pelo próprio Governo no sentido de que o partido assumira a iniciativa de abrir os debates econômicos no Congresso, a direção nacional do PDS planeja convocar ministros para explicarem a política governamental aos parlamentares. "O governo não tem nada a esconder da opinião pública", garante o presidente pedessista José Sarney, ao admitir a necessidade de uma discussão mais intensa dos grandes problemas nacionais a nível do Parlamento.

Esta disposição, por saudável que possa parecer, dificilmente conseguirá alterar decisões já adotadas pelo Executivo sem autorização do Congresso. E sequer comunicadas previamente ao seu partido. Exemplos? O recurso ao Fundo Monetário Internacional e a mudança da lei salarial através de decreto-lei para cuja aprovação a liderança pedessista já recebeu toda uma estratégia montada pelo próprio Governo.

Com a crise econômica se avolumando, contudo, provavelmente haverá necessidade de novas medidas destinadas a ajustar a realidade nacional à conjuntura de dificuldades. E a despeito de recursos como os decretos-leis, algumas delas fatalmente terão que passar pelo crivo do Congresso. A minoria governamental, sem dúvida, poderá facilmente vir a ser compensada através de negociações com algum dos pequenos partidos, mas para isto é indispensável a coesão da bancada pedessista, na qual uma só defecção passou a ser inadmissível. Nenhum momento mais oportuno, portanto, para que os deputados governistas façam valer o seu direito de participar das decisões do Poder Executivo.

Se prosperarem iniciativas como a do bloco mineiro, não seria exagero prever que o PDS pode vir a transformar-se em partido do para partido no governo. Neste sentido, vale ressaltar que os exemplos do passado recente, em que a submissão dos parlamentares governistas sempre foi absoluta, já não podem aplicar-se à atual conjuntura. Afinal, o poder de pressão de que dispõe esta bancada nunca foi tão forte. Utilizá-lo ou não é a grande opção que se coloca a pedessistas ainda perplexos diante de um aparente paradoxo: a importância individual de cada deputado aumentou em proporção direta ao enfraquecimento de uma bancada que perdeu sua condição de maioria absoluta.